

A dispersão da palavra impressa no interior do Amazonas (1850-1921)¹

Luís Francisco MUNARO²

Universidade Federal de Roraima

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender como se deu e até quais pontos se deu a interiorização da palavra impressa no Amazonas nas duas primeiras décadas do século XX, num momento em que todos os estados do Norte do país já conheciam a atividade impressa. Ele pretende construir uma visão, perspectivada pela moldura da Amazônia e sua árvore de rios, dos jornais que começaram a pipocar em vários pontos distintos, configurando ao mesmo tempo dados importantes para a microhistória e para a compreensão das formas de apropriação das tradições jornalísticas e formação de solidariedades letradas. Nesse esforço de leitura foram fundamentais os acervos disponibilizados pela Biblioteca Mário Ypiranga e o catálogo coordenado por Ribamar Bessa, que permitiu fazer a contagem de periódicos, requisitá-los e lê-los mais atentamente.

PALAVRAS-CHAVE: História da imprensa; História da Amazônia; Município; Navegação no Amazonas; Boom da Borracha.

O uso industrial da borracha e a subsequente pressão internacional para a navegação nos rios amazônicos tornou a questão da soberania do Brasil sobre a Amazônia comum no Congresso brasileiro até 1867, quando se deu sua efetiva abertura. Como observou a viajante Elizabeth Agassiz, essa navegação não apenas uniria Manaus a outras cidades brasileiras de forma mais ágil, mas também criaria novas oportunidades de intercâmbio com países como o Peru, através do Alto Marañon: “esses grandes afluentes do Amazonas [talvez] venham a ter em breve suas linhas de vapores como o rio principal. A abertura do Amazonas, sem dúvida, apressará esse resultado” (1865, p. 135, nota de rodapé). De fato, um ano depois da previsão de Elizabeth, pelo Decreto Imperial de 1866, através do seu artigo primeiro, estava assinalado que “ficará aberta, desde o dia 7 de setembro de 1867, aos navios mercantes de todas as nações a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, e do rio Negro até Manaus” (Decreto 3749, Apud. GREGÓRIO, 2008, p. 245).

A interiorização das redes de navegação acompanhou o boom da borracha, o crescimento das cidades e a formação de aparelhos administrativos nas vilas e cidades. As informações produzidas pela administração e pelo comércio passaram a requerer também

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado em julho de 2016.

² Professor do Curso de Jornalismo na Universidade Federal de Roraima. E-mail: luismunaro@ufr.br

uma esfera regular de publicidade de atos administrativos. Esta esfera é uma esfera de publicidade fortemente concentrada em torno das burocracias recém instaladas. Suas condições de construção foram limitadas por uma série de fatores, como as altas taxas de analfabetismo e as condições de emergência de uma elite econômica vinculada à extração da borracha. De qualquer forma, ao gerar e atender demandas, ela contribuiu para fazer circular informações e ideias com um alcance até hoje pouco compreendido, atravessando rios e ganhando vilarejos distantes, podendo inclusive ultrapassar o público letrado por meio de atividades coletivas de leitura.

Mais particular sobre essa esfera pública amazônica é a sua íntima dependência de uma “árvore de rios”. Já se abordou, na historiografia sobre a Amazônia, a navegação internacional, o surgimento das belas letras em Belém e Manaus, a formação de uma plutocracia vinculada à terra. O que falta, contudo, é um olhar mais conciso sobre aspectos esquecidos da ampla atividade impressa que começou a brotar ao longo de toda a rede na virada do século XIX para o XX, auge da produção da goma brasileira, do aumento dos movimentos migratórios do “Velho Norte” e do afluxo de estrangeiros. Nessa ampla rede, Manaus cumpria o papel de hub, um centro transmissor de informações que irrigava a bacia hidrográfica com notícias da administração central.

O objetivo deste artigo é compreender como se deu e até quais pontos se deu a interiorização da palavra impressa até as duas primeiras décadas do século XX, quando todos os estados do Norte do país já conheciam a atividade impressa. Seu objetivo, assim, não é estudar a bastante estudada imprensa manauara, objeto de muitos e competentes estudos e catálogos, desde o esforço do grupo de José Ribamar Bessa (SANTOS et all, 1990) até os estudos mais recentes em torno de aspectos específicos da imprensa manauara e suas questões operárias (PINHEIRO, 2003, 2007, 2014; BARROS, 2014), de formação de elites (DAOU, 2004, 2014; PINHEIRO, 2007) ou mesmo de gênero (PINHEIRO, 2014). O objetivo é a construção de uma visão, perspectivada pela moldura da Amazônia e sua árvore de rios, dos jornais que começaram a pipocar em vários pontos distintos, configurando ao mesmo tempo dados importantes para a microhistória e para a compreensão das várias formas de apropriação das tradições jornalísticas e formação de solidariedades letradas. São jornais que ora surgem em vilas próximas a Manaus e Belém como Itacoatiara e Santarém, e ora começam a constituir informes e embates políticos em pontos estratégicos da malha hidrográfica bastante distantes, como o Alto Madeira, o Purús e o Acre, o Rio Negro e o Branco.

Nesse esforço de leitura foram fundamentais os acervos disponibilizados pela Biblioteca Mário Ypiranga, acervos gentilmente cedidos através de um espaço especial destinado ao autor do artigo no *Google Drive*. Além disso, o amplo catálogo coordenado por Ribamar Bessa (SANTOS et all, 1990), que permitiu fazer a contagem de periódicos, requisitá-los e lê-los mais atentamente. Dessa forma, seguiu a distribuição dos pontos de maior atividade impressa uma leitura cuidadosa dos jornais disponíveis, evidenciando as formas particulares do exercício impresso e o desenvolvimento de uma metalinguagem jornalística rudimentar, os esforços de busca pela filiação na identidade nacional e a tentativa de uma autoafirmação nativista não só vista como de centro-periferia entre a Amazônia e o Rio de Janeiro, mas sobretudo de centro-periferia entre as pequenas freguesias e vilas transformadas em cidades e as cidades centrais de Belém e Manaus.

A interiorização das sociabilidades letradas na Amazônia esteve estreitamente vinculada com a disposição de rotas para a navegação, capazes de estimular a vida comercial, conectar as burocracias recém instaladas e disputar espaços políticos nas prefeituras gradativamente construídas – também elas estimuladas pela vida comercial. A Companhia de Mauá disponibilizava rotas para o Alto Madeira e Tabatinga, na fronteira com o Peru, onde trocas comerciais através de moeda aconteciam de forma constante. Cidades interioranas como Itacoatiara, Parintins e Santarém também cresceram com o trânsito dos vapores. Nesse contexto a Amazônia, que até então contribuía de forma tímida com os valores de exportação brasileiros, se tornou protagonista do crescimento econômico de 1850 pelo menos até as colheitas de *hevea* dos britânicos no sudeste asiático começarem a ganhar o mercado mundial.

A palavra impressa acompanhou de forma bastante íntima esses surtos de desenvolvimento econômico e a criação de cidades mobilizadas pela extração da goma. A discussão política entabulada no Rio de Janeiro sobre a navegação internacional teve, também ela, fundamental importância nesse processo. Não se tratava, como lembra Vitor Gregório, de puramente uma disputa partidária e pessoal, mas sobretudo de “debater sobre o processo de construção de um Estado unificado e de seu território, ainda instáveis o suficiente para correrem o risco de verem prematuramente fracassados os esforços para sua formação” (GREGÓRIO, 2008, p. 18). Nesse sentido, a produção periódica nascente evidenciava sentimentos nativistas, de proteção do território e proteção do status quo das autoridades locais ainda recentes. Em primeiro lugar, os periódicos periféricos apresentavam em sua estrutura textual as vantagens comerciais e “civilizacionais” da cidade

para, em segundo lugar, defenderem o sentimento amazônico no bojo do Império transformado em República.

Esses sentimentos de identidade periférica aconteceram nos rios abertos à navegação: Madeira, Negro e Branco, Purus e Acre, Solimões e Javary. O Rio Negro dando acesso ao Rio Branco onde, entre Boa Vista e Caracarai, seria cultivado gado para abastecimento de carne em Manaus, e também ao Orinoco, em região pouco navegada, pelo canal da Casiquiare, próximo de São Joaquim, dona de três jornais; o rio Purus permitindo a formação de cidades como Lábrea e Canutama e dando acesso ao Rio Acre, de onde viria borracha em abundância de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, cujo ápice foi 1913, com uma conexão pouco movimentada com a Bolívia; no Rio Madeira, a formação de cidades fronteiriças com a Bolívia, no complexo Madeira-Mamoré, considerando ainda o importante fator da construção da estrada de ferro. As discussões sobre o acesso internacional a esses rios são nucleares para o entendimento da expansão das sociabilidades impressas. Segundo o particularmente ardoroso jornalista Tavares Bastos, “o interior da Amazônia não podia desenvolver-se sem livre acesso à navegação” (Apud BENCHIMOL, 1999, p. 264). A partir da abertura, as companhias inglesas Booth e Red Cross Line começaram a fazer escalas em Manaus, Belém e “portinhos do interior da calha central com a Ilha da Madeira, Lisboa, Leixões, Vigo, Havre, Liverpool e Hamburgo, com transbordos para Paris e Londres e serviço regular de cargas e passageiros” (BENCHIMOL, 1999, p. 26). Os alemães organizaram a *Hamburg Amerika Line* e os italianos a companhia *Ligure Brasileira*. Sobretudo a última, segundo Samuel Benchimol, teria trazido imigrantes italianos e judeus que se tornaram empreendedores na Amazônia. Jornais de Manaus e Itacoatiara, por exemplo, mencionavam ativamente as atividades das companhias de navegação. Ao mesmo tempo, na Província do Amazonas a população se multiplicou de 19570 almas em 1840, para 46187 em 1860 e 249756 em 1900. No Pará, saltou de 109960 almas em 1840 para 445356 em 1900 (SANTOS, 1980).

Durante a virada de século, em que a economia gomífera conheceu o seu auge e o crescimento das cidades na Amazônia experimentava a sua *belle époque*, as rotas de navegação já eram amplas. Em vários pontos da malha, em sua enorme maioria diretamente vinculados à venda da borracha, criaram-se cidades e formaram-se extratos urbanos de empreendedores internacionais, burocratas ou aviadores vinculados às atividades de comércio. É nesse contexto que surgiu também um público urbano capaz de consumir a

palavra impressa num largo espaço que vai das fronteiras entre o Brasil e o Peru às fronteiras do Brasil com a Bolívia, do Madeira-Mamoré, o Solimões-Javary ao Purús-Acre.

Os jornais que seguiram o impulso pioneiro em Manaus foram objeto frequente da historiografia sob múltiplas e enriquecedoras abordagens. Ana Maria Daou, num desses estudos, conseguiu mapear a construção das elites e de um público leitor a partir da constatação de que, não apenas o Amazonas foi objeto de um intenso fluxo migratório interno na segunda metade do século XIX, migrantes oriundos do “Velho Norte” e que foram os responsáveis por desbravar a bacia amazônica em direção ao Acre (DAOU, 2014, p. 51), como também se tornou uma rota de passagem importante para comerciantes ingleses e alemães e destino colonizatório para portugueses, italianos, sírios, libaneses e, em menor proporção, judeus do norte africano (BENCHIMOL, 1999). Para Ana Maria Daou, no processo de consolidação dessas elites, tanto de burocratas recém-chegados quanto de empreendedores estrangeiros do “Velho Norte”, era fundamental a ideia de buscar instrução intelectual (DAOU, 2014, p. 56). Evidentemente, a formação destas elites, baseada na concepção da importância da educação, formação de liceus e colégios, educação superior no exterior, e mesmo as demonstrações externas de boas maneiras ou hábitos urbanos - ilustrados pela Reforma dos costumes de 1892 - para não dizer aos hábitos de leitura de jornais. Outros fatores que impulsionaram a leitura de jornais foram a construção de espaços de sociabilidade comuns aos membros da elite tradicional e aos estrangeiros, a necessidade específica de obter vantajosas informações comerciais, a curiosidade intelectual relativa à própria índole do homem que se quer ou pretende ser um “homem moderno” e a disponibilidade de inovações tecnológicas como a eletricidade e o telégrafo.

Contudo, não apenas a leitura permanecia uma prática distante dos indígenas quanto a maior parte das populações recém chegadas era composta de analfabetos. Como lembra Roberto Santos, “o analfabetismo era de 86,8% no Amazonas e 78% no Pará. No ano de 1890, esses percentuais ainda eram excessivamente altos (83,8% e 77,8%); mas em 1900 eles começaram a mostrar-se menos resistentes, caindo no Amazonas para 67,9% e no Pará para 70%” (SANTOS, 1980). Evidentemente, portanto, esses hábitos de leitura no interior tocavam de forma direta apenas as elites e os elementos estrangeiros. Da mesma forma, pode-se especular que os vários jornais que surgiram no interior sob o patrocínio de grupos políticos sequer tivessem um público consolidado de leitores. A maior parte dos jornais estudados denunciava a dificuldade do governo central em estabelecer instituições de ensino primário e, depois de um ou no máximo dois anos de circulação, fechava as portas.

Com exceção de parte da imprensa em Manaus e Belém que evidenciou a partir do século XX preocupações com o público operário, os jornais permaneceram elitizados e a sua linguagem se referia apenas aos membros da própria elite.

O *corpus* de análise consistiu nos jornais *O Tacape*, *Parintins*, *O Semeador* de Parintins; *A Paz*, *Commercio do Madeira*, *Correio do Madeira*, *Gazeta de Manicoré*, *O Manicoré*, *O Rio Madeira*, de Manicoré; *O Purus*, *O Rio Purus*, de Lábrea; *O Javary*, de Benjamin Constant; *Coaryense*, de Coari; *O Rio Negro*, *O Barcellense*, de Barcelos; *Hury*, *O Rio Negro*, de S. Joaquim; *Pirolito*, *O Raio X*, *Jornal do Commercio*, *A Epocha*, *Correio de Serpa*, *O Escolar*, *O Cravo*, *O Conservador*, *Chicote*, *Caravana*, *O Avança*, *O Arauto*, de Itacoatiara. Outros municípios do Amazonas que aparecerão neste estudo são Santo Antonio do Içá, Eirunepé, Humaitá, Tefé e Manacapuru.

1. Periferia da periferia

Alfredo de Carvalho já enunciava, no início do século XX, uma preocupação com a catalogação da imensa massa de jornais que começava a ser publicada com o alvorecer republicano e o crescimento das cidades. Também ao Norte do país, especialmente no que concerne à Capitania do Rio Negro, o autor dedicou algumas passagens:

A antiga Capitania do Rio Negro só veio a ter imprensa depois de erigida em província do Amazonas, a 1 de janeiro de 1852; no mesmo ano Manoel da Silva Ramos estabeleceu em Manaus uma tipografia, na qual porém, só em 1854 começou a ser impresso o primeiro jornal amazonense *Estrella do Amazonas*; anos depois a arte tipográfica foi implantada em Manicoré (1864), Serpa (1872), Lábrea (1886), Humaythá (1891), Coary (1895) e Barcellos (1897) (CARVALHO, 1908, p. 70 Apud, PINHEIRO, 2014, p 299).

Até as duas primeiras décadas do século XX, pelo menos quinze municípios nos limites do atual estado do Amazonas vão desenvolver alguma forma de exercício jornalístico - ou pelo menos, dentre estes constam registros no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA. No Rio Negro, Barcelos e São Joaquim; no Rio Purus, Lábrea; no Rio Solimões, Coari, Manacapuru, Tefé e Codajás; no Rio Madeira, Manicoré e Humaitá, no Rio Juruá, São Felipe e Cruzeiro do Sul; no rio Javary, Benjamin Constant. Por fim, no Rio Amazonas, pelo menos Manaus, Parintins e Itacoatiara manifestaram atividades tipográficas. Como complementa José Ribamar Bessa,

inúmeros títulos editados nas sedes dos municípios cabendo destacar as áreas onde se encontrava a exploração da borracha: os rios Acre, Juruá, Madeira e Purus. No entanto, quase todos os municípios do Amazonas tiveram seus órgãos informativos, alguns deles preocupados com as informações que afetavam a vida da comunidade. Eles reclamam a falta de atenção por parte dos governantes a questões tais como o

extrativismo, a agricultura, educação, saúde, meios de transporte, etc (SANTOS et all, 1990, p. 21).

Segundo uma periodização elaborada por Faria e Souza ainda muito cedo (1908), as etapas dessa imprensa teriam sido basicamente três: 1851-1870, em que pequenas folhas impressas se disseminaram por meio de tipografias rudimentares; 1870-1880, quando já se podia perceber alguma forma de noticiário desenvolvido e maior preocupação com o formato do impresso; a partir de 1880 até 1908, quando teria havido um notável incremento tecnológico e a formação de folhas diárias importantes. Ainda que essa periodização guarde limitações, ela já permite evidenciar o verdadeiro *frenesi* impresso que a Amazônia vivenciou na virada do século XIX. Evidentemente, mais municipalidades surgiam conforme aumentava o tamanho do celeiro amazônico e a realidade da crise da borracha ainda não havia demonstrado toda a sua dimensão. A formação das burocracias municipais pode ser mesmo definida como a principal responsável pela aquisição de prelos e fabricação dos jornais nas cidades e freguesias da periferia.

Os estudos de José Ribamar Bessa Freire (SANTOS et all, 1990) se debruçaram sobre um século de imprensa (1851-1950) e descobriram, no que concerne ao nosso recorte (1850-1921), 555 jornais no Estado do Amazonas. Este número de títulos inclui jornais manuscritos, jornais cujo título foi ligeiramente mudado entre uma e outra edição, ou mesmo edições especiais e jornais de edição única. Há até mesmo o caso de um jornal publicado a bordo do vapor “Belo Horizonte” em 1918, no Rio Madeira. Em sua grande maioria, foram jornais impressos através de máquinas de tipos localizadas em Manaus. Depois de Manaus, foram exemplares, até o final da segunda década do século XX, o caso do Acre e de Itacoatiara, com 46 e 25 jornais respectivamente. Em 4 municípios do Rio Madeira foram produzidos pelo menos 18 jornais. Antes de confluírem, o Rio Negro produziu ao menos 5 títulos e o Solimões também 5 títulos. Na tabela abaixo estão discriminados os jornais coletados pela equipe de José Ribamar Bessa (SANTOS et all, 1990) e também os dados apontados por Faria e Souza (1908), incluindo os jornais do Acre, Porto Velho e Boa Vista.

Tabela 1 – Títulos de jornais entre 1850 e 1921

Cidade	Rio	Catálogo de Santos, 1990	Catálogo de Souza, 1908
Rio Branco/AC	Acre	15	9 ³

³ Território Federal do Acre.

Xapuri/AC	Acre	9	
Sena Madureira/AC	Acre	7	
Porto Acre/AC	Acre	2	
Capatará/AC	Acre	1	
Manaus	Amazonas	442	328
Itacoatiara	Amazonas	25	5
Parintins	Amazonas	3	3
Boa Vista/RR	Branco	4	
Eirunepé	Juruá	1	
Cruzeiro do Sul/AC	Juruá	5	
Porto Velho/RO	Madeira	7	
Manicoré	Madeira	6	8
Humaitá	Madeira	4	2
Santo Antonio	Madeira	1	
São Joaquim	Negro	3	3
Barcelos	Negro	1	2
Lábrea	Purus	9	8
Manacapuru	Solimões	2	1
Coari	Solimões	1	1
Benjamin Constant	Javary	1	
Tefé	Solimões	1	1
Tarauacá/AC	Tarauacá	5	
Total		555	281

Dados do IGHA compilados por SANTOS et al, 1990 e João Batista de Faria e Souza (1908, p. 76, Apud PINHEIRO, 2014). Autoria nossa.

A ligação entre os jornais e os vapores, uma vez analisada a tabela e o mapa, começa a aparecer com alguma clareza. Na linguagem dos jornais, o rio aparece como a porta de passagem para a civilização tão procurada, começando pela escolha do título. Em vários casos, os nomes dos jornais são os nomes dos rios que as embarcações começaram a singrar nos períodos apontados. Além de Acre e Amazonas, *Alto Juruá* (1913), *Commercio do Madeira* (1884), *Alto Madeira* (1917), *Foz Madeira* (1876), *Rio Madeira* (1881-1883), *O Rio Madeira* (1905), *Alto Purus* (1913), *Commercio do Purus* (1886), *Correio do Purus* (1898), *Gazeta de Purus* (1918), *O Purus* (1886), *O Rio Purus* (1891), *O Rio Branco* (1914), *Jornal do Rio Branco* (1916), *Jornal do Rio Negro* (1867), *O Rio Negro* (1906).

Dentre as cidades periféricas, a maior produtora de jornais foi Itacoatiara, seguida por, no Rio Madeira, Manicoré e Lábrea. No Rio Negro, a produção de jornais permaneceu mais rarefeita em virtude tanto da menor exploração de seringais quanto da pouco movimentada fronteira com a Venezuela, com São Joaquim e Barcelos produzindo apenas 4 títulos, enquanto a vila de Boa Vista já possuía 3 jornais impressos. No Rio Madeira e no Alto Purus já se assistia a uma vigorosa atividade comercial. No primeiro deles houve o

crescimento de Porto Velho, quando a construção da ferrovia Madeira-Mamoré impulsionou a vida social da cidade entre 1907 e 1912, já no período de decadência da borracha. A partir da ferrovia floresceram várias cidades como Guajará-Mirim e Porto Velho, facilitando a ocupação da fronteira oeste do Brasil (SANTOS, 1980, p. 109).

A novidade que constitui a palavra impressa nessas localidades torna o jornalista, antes de tudo, um pedagogo da própria profissão. Ele precisa, de alguma forma, demonstrar que o jornal vai iluminar espiritualmente o seu leitor. É exemplar, assim, o cuidado dos jornalistas, ao inaugurar papéis impressos periódicos, relativamente à indicação do lugar social do jornal e sua forma de filiação no discurso das Luzes. Sobretudo, o jornalista estaria preocupado com a comprovação do benefício de suas atividades para a cidade, sua vida comercial, cultural, social e política. *O Arauto*, “órgão dos interesses municipais” da cidade de Itacoatiara, apresentava-se tendo como

objetivo indesviável [...] pugnar pela prosperidade desta cidade, do seu município fazendo adjunção às suas mais justas e reais aspirações, pondo em prática quanto em nós couber a atividade e o patriotismo de que somos capazes para que o auxílio dos poderes públicos não continuem esquivos como até hoje, auxílio de que é por demais merecedora Itacoatiara, como a primeira cidade depois da capital do Amazonas (*O Arauto*, 30 de setembro de 1906, p. 1).

O jornal *A Epocha*, da mesma cidade, descrevia com eloquência os altos desígnios que cercavam a atividade jornalística, sua função fundamental de guiar a opinião pública, num jargão utilizado pelos jornais com pretensões ilustradas:

O jornalista consciente tem a severa responsabilidade, originada de suas próprias funções um tanto difíceis, de aprofundar todas as questões e, pela clareza de raciocínio exposto em frases ao alcance de todos, guiar a opinião pública, muitas vezes cega ou imbuída de falsos conceitos (*A Epocha*, 22 de Julho de 1917, p. 1).

O jornal, o cardápio de notícias do homem que se pretende moderno, teria o dever de conectar o cidadão à alta cultura, à vida cosmopolita, às virtudes republicanas, tornando-o assim mais civilizado. Os jornais guardam o estigma de serem produzidos na selva; urgem demonstrar, portanto, o quão urbanos, adeptos das “sãs práticas comerciais” e civilizados os seus habitantes podem ser. *O Barcellense*, “jornal mensal, noticioso e comercial”, propriedade de uma associação, apresentava-se na edição inaugural de 3 de agosto de 1909 como “novo campeão de uma cruzada santa, [...] vem hoje pela primeira vez surgir modesto na arena, onde terçam armas virtuosos talentos do jornalismo indígena (p. 1)”. *Huri*, periódico literário e noticioso publicado em São Joaquim, descrevia assim sua função: “é grandioso o nosso fim e bem longo e difícil o nosso itinerário: e entre as urzes que na

passagem sangram nossos pés, já sentimos o herpe destruidor das nobres ideias, vir maquiavélico, perturbar-nos” (15 de junho de 1904, p. 1). O surgimento desses títulos no Purus, Negro, Solimões e Madeira são explicados, antes da criação de hábitos de leitura modernos, pela necessidade comercial mais imediata refletida na interferência dos seringalistas no funcionamento da autoridade do município.

O Rio Negro, órgão dos interesses populares ligado a José Ruiz Fachina, construiu em 10 de maio de 1906 um editorial que exemplifica não apenas a dificuldade de introduzir o jornalista num ambiente carente de indivíduos alfabetizados – o grandioso fim de ilustrar os habitantes da cidade na selva –, como também o sentimento de identidade fornecido pelos rios que eram, afinal de contas, as passarelas através das quais o município se tornava urbano:

Modestamente apresenta-se hoje ao público *O Rio Negro*, jornal imparcial visando exclusivamente a cultura das letras, bem como a propaganda e desenvolvimento do comércio e lavoura do Rio Negro [...] Escabrosa e rude vai ser esta tarefa, mas contamos com o apoio daqueles espíritos lúcidos que colocam a vontade de um povo, que por este jornal representamos; isto é, o povo Rio Negrense, acima da crítica apaixonada ou interesseira de quem quer que seja. O público sensato estará ao nosso lado. Eia, pois, povo Rio Negrense, trabalhai e que este singelo jornal seja para vós um incentivo para continuardes nessa sublime luta pela vida. [Vós seringueiros...] O vosso abatimento provém também do vosso correspondente na Praça de Manaus que já têm sugado o sacrifício de vosso honrado trabalho, daí a razão de achar-se muitos de entre vós endividados, conseqüentemente tolhidos da vossa liberdade; aí não sois mais do que um escravo que obedece compassivamente aos acenos e vontades dos vosso *protetor e patrão* (p. 1, grifos do autor).

Percebe-se, na fala do *Rio Negro*, um sentimento de natividade ferida que é constante tanto nas periferias da Amazônia quanto nas periferias do Brasil: “a República, através de seus burocratas, nos explora, mas não nos envia nada em troca”. Ainda que a República fosse vista como poderosa, sobretudo pelos inúmeros jornais de partidos republicanos nos municípios amazônicos, era uma República que não se mostrava devidamente preocupada com o Brasil esquecido que queria ingressar a identidade patriótica. No rio Madeira, o jornal *Commercio do Madeira* referia-se ao estado de depreciação da praça comercial de Manicoré - freguesia alçada à condição de vila em 1877 - insinuando que a baixa qualidade dos portos e dos produtos adquiridos como café, farinha e manteiga eram também responsabilidade das autoridades centrais: “É este o preço porque compramos todos os anos certa dose de veneno que corrompe gradualmente os órgãos principais da nossa vida!” (*Commercio do Madeira*, 11 de Maio de 1884, p. 2). Outros jornais surgem em freguesias recém criadas, ou transformadas de freguesias em vilas, ou de

vilas em cidades, como nos casos de Parintins e Itacoatiara (SCHOR e MARINHO, 2013). Nestas duas últimas, bem como nos casos exemplares de Rio Branco, Manicoré e Lábrea, a estrutura jornalística aponta para os partidos de oposição e situação que se montam de forma quase concomitante à construção da burocracia municipal. Em Itacoatiara, por exemplo, jornais como *Correio de Serpa*, *O Conservador*, *Jornal do Commercio* e *A Epocha* ora monopolizavam o poder da prefeitura ora questionavam ativamente as decisões do prefeito (MUNARO, 2015). Numa reclamação comum entre os jornais nas periferias, já observada por Luís Pinheiro (2014), as redes de integração sempre estavam aquém das necessidades de comunicação dos moradores. Isso pode ser observado nos jornais de todos os pontos importantes da rede cujo hub é Manaus: Alto Purus, Madeira, Rio Negro, Solimões e Amazonas. O jornal *Correio de Serpa* de Itacoatiara, por exemplo, mencionava as dificuldades do serviço postal:

Não é de hoje que o nosso comércio e a população em geral pedem ao governo do país a melhora da nossa agência postal. Cidade de um desenvolvimento assombroso, que tende a crescer como os fatos vêm demonstrando, a agência do correio pela sua deficiente organização não pode corresponder às necessidades do público (*Correio de Serpa*, 6 de março de 1913).

A integração desses lugares remotos, “ilhas de civilização” que remetiam os lucros da borracha para o governo central, deveria se dar através de um sistema de correios mais frequente. Nesse sentido, para *O Manicoré*, “órgão do Comércio”, o desenvolvimento urbano tão procurado estava vinculado ao acesso amplo e irrestrito à navegação comercial. Em edição de 11 de setembro de 1900, o jornal sugere que

se extingue as agências do correio, restringe-se o serviço postal, dificulta-se, e isto é o que vemos nesta importante região amazônica, onde em dada a extensão do Rio Madeira, essencialmente comercial, com grande número de habitantes, muitos deles estrangeiros, apenas se encontra uma agência do correio em S. Antonio, limites do Brasil com a Bolívia (*O Manicoré*, 11 de setembro de 1900, p. 1)

Mas nada, evidentemente, se compara à dificuldade do Alto Rio Negro, onde a distante São Joaquim, na fronteira com a Venezuela, reclamava só ter um vapor por mês para se comunicar com o restante do mundo:

Deixai ao cuidado de outras casas comerciais da praça de Manaus os vossos aviamentos, bem como a venda do produto de vosso trabalho, cujos comerciantes, por sua vez, devido à afluência de suas transações, serão obrigados a instalarem navegação para este rio, havendo assim mais liberdade no comércio daqui e a navegação será franca e constante durante todos os meses, como sucede com os rios Juruá, Purus e Madeira, cujo comércio é sólido devido a estes princípios tão salutares (*O Rio Negro*, 10 de maio de 1906, p. 1).

Outro jornal da cidade de Barcelos denunciou o esquecimento do outrora opulento Rio Negro em prol dos rios Madeira, Juruá e Purus - um certo ciúme entre os rios mais ou menos frequentados pelos vapores. Além disso, o jornal sugeria a falta de assistência do governo aos agricultores do rio Demeni, que se estende ao norte até os limites com o atual Roraima:

Disse-nos um dos nossos informantes que o rio Demeni parece mais um vasto campo coberto de pó e fumo. O pessoal extrator e os patrões abandonaram o fabrico e fugiram para esta vila. É lastimável o estado a que ficou reduzido o Demeni. Seringais importantíssimos e valiosos foram em poucos dias consumidos pelas chamas; e nestas condições os prejuízos são incalculáveis. E que diremos do Aracá, outro afluente, não do rio Negro, mas do próprio Demeni? (*O Barcellense*, 8 de Abril de 1912, p. 2).

Trata-se de um problema ainda hoje notado nas regiões de lavrado, que ocupam o Estado de Roraima. Cada rio tem necessidades específicas, muito embora o seu vínculo comercial com as capitais esteja todo sustentado na extração da borracha. Os rios reclamam a sua participação na República através da ida e vinda de pacotes. O já mencionado *O Javary*, cujas edições estão localizadas entre 1916 e 1918, chamou a atenção para “um dos mais importantes afluentes do Rio Amazonas”:

Diremos, antes de mais nada, que a denominação do presente jornal não traduz outra coisa do nosso programa, que não seja o intuito que visamos de nos ocupar com carinho e dedicação especiais, da causa grandiosa da ordem e do progresso desta terra compreendida em toda a região brasileira da bacia do Rio Javary, um dos mais importantes afluentes do Amazonas, não só fisicamente, mas também pelo lado político-internacional, porque no seu *** cortinam, da nascente à foz, à esquerda o Peru, à direita o Brasil (*O Javary*, 18 de janeiro de 1916, p. 1).

No Rio Madeira, *O Manicoré* mencionava outras cidades do rio que estariam sofrendo as dificuldades do trânsito postal como Rosarinho, Borba e Humaitá. Ao mesmo tempo em que buscavam evidenciar o estado de abandono das várias praças comerciais, os jornais estabeleceram um diálogo entre si. Os diálogos entre jornais de uma mesma cidade eram conflituosos, geralmente opondo dois lados de uma díade inseparável: a oposição e a situação; a prefeitura e o grupo que queria a prefeitura. Contudo, quando aconteciam entre jornais de municípios distantes, geralmente apareciam na forma de autocongratulação pelo difícil empreendimento de manter em funcionamento uma tipografia no meio da selva. O *Jornal A Paz*, de Manicoré, referia-se à troca de edições com o jornal *Humaythaense*:

Temos sobre a nossa banca de trabalho os números 33, 34, 35 e 36 do ‘Humaythaense’, folha semanal que se publica na cidade de Humaitá, e que foram cavalheiramente remetidos à redação do nosso Jornal, cuja amabilidade agradecemos. No número 36 do ilustre colega encontramos o seguinte: ‘Recebemos

a visita do n. 2 de ‘A Paz’, jornalzinho hebdomadário que se publica na cidade de Manicoré’ (*A Paz*, 21 de maio de 1905, p. 3).

O Barcellense, “jornal mensal noticioso e comercial”, também mencionou seus colegas: “Dignaram-se noticiar o nosso modesto aparecimento os ilustres confrades da imprensa ‘Amazonense’ e ‘Jornal do Commercio’, que se publicam na capital do Estado” (3 de outubro de 1909, p. 2). *O Javary* noticiou em edição de 30 de Janeiro de 1916: “em um artigo publicado em ‘La Manana’, de Iquitos, n. 11 do mês findo, ponderam-se os estragos que o sarampo e a febre perniciososa estão a fazer nesta região do Javary” (p. 1). Pouco adiante, em 30 de junho de 1916, tornou a registrar: “temos sob a nossa banca de trabalho os seguintes jornais: ‘Gazeta da Tarde’, de Manaus; ‘O Conservador’, de Itacoatiara; ‘O Rebate’, de Sobral, Ceará; ‘O Município’, de vila Seabra, Território do Acre; ‘O Alto Purus’, de Sena Madureira, Território do Acre; ‘O Sertão’ de Meruoca, Estado do Ceará” (p. 2). *O Tacape*, de Parintins, dizia em 21 de dezembro de 1902: “recebemos os números 73 e 74 de *A Cidade de Óbidos*, que se publica na cidade do mesmo nome, do Estado do Pará e o *Quo Vadis*, de 10 do corrente, órgão que vê a luz na capital deste Estado”. O jornal *Parintins*, órgão do Partido Republicano, disse estar “honrado com as visitas dos nossos ilustres colegas ‘Arauto’, ‘O Avança’, de Itacoatiara e o ‘Xura’ de Manaus” (18 de Agosto de 1907, p. 2). O *Purus*, além de se envolver nas disputas municipais de Sena Madureira, lembrava o envio de jornais amigos:

Temos, remetidos de Sena Madureira, os últimos números do nosso ilustre colega *Estado do Acre*. Interrompida a sua publicação, há mais de seis meses, devido à falta de garantias ali estabelecidas pelo nefasto predomínio do ex-subprefeito Barreira Cravo, volta o digno paladino da causa acreana, a tomar o seu antigo posto na vanguarda dos verdadeiros apóstolos do progresso daquela região (*Purus*, 14 de maio de 1911, p. 1)

Essas inter-referências entre os próprios jornais aconteceram de forma pouco constante, mas já permitem, em conjunto com os editoriais dos jornais, perceber uma certa fraternidade dos rios, quer dizer, uma identidade entre as cidades que partilham de uma mesma rota comercial. No que concerne a esse esforço de identidade, são os jornais das capitais que preocupam os periódicos nascentes que buscavam garantir sua filiação na Amazônia urbana. Sempre que podem, eles não apenas citavam os jornais centrais como faziam referência ao mundo jornalístico da capital - ou do estrangeiro. O que se observa, sobretudo, é a busca por uma integração que nem Manaus ou Belém eram capazes de entender bem, dado o alcance recente de sua malha hidrográfica, a explosão da borracha

com o surto de zonas de escoamento de produção e uma população de estrangeiros ainda vagamente definida. Em outras palavras, os jornais periféricos buscavam sua filiação ao espaço amazônico sem saber ao certo o que era a Amazônia, repousando na cidade como uma vitrine das possibilidades do homem civilizado em sua sobrevivência no sertão. Na verdade, para estes jornais, as cidades centrais podiam até mesmo se enciumar do crescimento do centro, como observava o *Correio de Serpa*, de Itacoatiara, na foz do Madeira:

Como é sabido nesta tendência natural que a alimenta, e desenvolve-a, tem ela sofrido perseguição, não só da indiferença, como mesmo de ostensiva guerra dos poderes públicos e, quiçá, do comércio de Manaus, que com tão maus olhos, vê a florescência da nossa praça comercial, a despeito de todos os obstáculos que se lhe antepõe, no sentido, se não de um total aniquilamento, pelo menos de a fazer paralisar e estacionar no seu crescente movimento que se estende sobranceiramente às praças europeias por meio de transações diretas (*Correio de Serpa*, 4 de maio de 1913)

Considerações finais

Num ponto distante do Acre, o jornal o *Acreano* reivindicava as virtudes do homem acreano diante das “provocações” da imprensa localizada em Belém e Manaus. Nesse caso, chegou a referir-se textualmente à *Folha do Norte*, de Belém. Para este jornal - e tantos outros - o centro não estava dando às periferias o reconhecimento de que necessitavam, sendo as periferias fundamentais para a preservação da unidade do território. O que se percebe, nestas periferias das periferias, é um desconsolo diante do esquecimento da administração central, e mesmo uma incapacidade de reagir às provocações da imprensa situada em Belém e Manaus.

Acende-se o orgulho patriótico da República em construção, ao mesmo tempo em que se afirmam as virtudes da cidade ou vila em sua luta pelo estabelecimento da civilização em meio à selva. Sua definição partidária nunca é clara, mesmo quando aparecem sob a tutela de algum partido, já que os partidos locais constantemente mudam de nome e não parecem ser mais do que agremiações de atividades localizadas. Há um remoto senso de identidade entre as cidades amazônicas, identidade mais fraca, contudo, do que a vontade de participar do Brasil, tornando-se República, deixando para trás o estigma de “sertão bárbaro”. As preocupações que hoje chamaríamos de “multiculturais” aparecem de forma apenas incipiente: o trabalhador, o índio, a mulher, ainda se apresentam recheados dos estereótipos de época, podendo-se observar, contudo, alguns jornais interioranos de

tendências socialistas e outros preocupados com a preservação das culturas indígenas ou sua integração pacífica à economia urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. São Paulo: Edusp, 1975.

BARROS, Claudia Amélia Mota Moreira, “**Os humildes filhos de Minerva**”: O Letramento operário e a Construção identitária através dos tipógrafos durante a híbrida modernidade amazônica, 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**. Formação Social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o ‘Paiz das seringueiras’**. Rio de Janeiro: rio’s Books, 2014.

MUNARO, Luís Francisco. “Imprensa interiorana no amazonas: os jornais de Itacoatiara durante o boom da borracha”. In: **II Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazonia**, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar. Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920). **Dialogos** (Maringá), v. 18, p. 297-323, 2014. http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=786&path%5B%5D=pdf_631 Acesso em Abril de 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org). **Gênero & Imprensa na História do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Do jornal à academia: elites letradas e periodismo no Amazonas (1880-1920)”. **Amazônia em Cadernos**. Manaus : Editora Ufam, 2007.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX. **Esboços** (UFSC), v. 21, p. 251-278, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SCHOR, Tatiana e MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.56,p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56> . Acesso em Abril de 2015.